

BRINCAR, REGRAS E LIMITES: UMA INTEGRAÇÃO POSSÍVEL

2011

Sara Rodrigues Lopes

Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Atuou em 2010 no projeto de extensão da Universidade Federal de Santa Catarina, denominado “Implantando uma cognoteca para o desenvolvimento cognitivo em uma creche”. Em 2011, ingressou no projeto “Brinquedo-ação: aprendendo e se divertindo com brinquedos VII”, atividade de extensão da Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil)

sarinah_rl@hotmail.com

Karol Rodrigues Maes

Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Foi estagiária no Grupo de Teatro do CAPS de Florianópolis, em 2010 e, entre este ano e 2011, atuou como tutora de Ead na Sead – Secretaria de Educação a Distância da Universidade Federal de Santa. Ainda em 2011, ingressou no projeto “Brinquedo-ação: aprendendo e se divertindo com brinquedos VII”, atividade de extensão vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil)

karola_rodrigues@hotmail.com

Mauro Luís Vieira

Professor do Departamento de Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Obteve o título de doutor em Psicologia Experimental pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorado na Dalhousie University em Halifax (Canadá). Trabalha na linha de pesquisa sobre cuidados parentais e desenvolvimento infantil no Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFSC. Coordena o Núcleo de Pesquisa sobre Desenvolvimento Infantil.

maurolvieira@gmail.com

RESUMO

As relações sociais demandam normas, fronteiras, restrições. Isso conduz à importância, no desenvolvimento e educação infantil, de regras e limites em variados contextos, inclusive no brincar. Diante disso, visa-se caracterizar, a partir de um relato de experiência, as regras presentes em uma brinquedoteca do município de Florianópolis. Essas foram agrupadas nas seguintes categorias: organização da brinquedoteca, cuidado com objetos e respeito aos colegas. Os resultados evidenciam que, embora lúdico seja caracterizado como uma atividade livre, as regras devem estar presentes, visando a segurança, a convivência social bem sucedida e um local adequado para brincar. É possível, então, a criação de um ambiente no qual o brincar e as regras deixem de ser entendidos como aspectos dicotômicos, para serem vistos como indissociáveis, contribuindo, conjuntamente, para o desenvolvimento saudável da criança.

Palavras-chave: Regras, limites, brincar, desenvolvimento infantil, creche

INTRODUÇÃO

Uma das características do ser humano é a sua existência depender das relações sociais. Mesmo que singular, o indivíduo é sempre e necessariamente marcado pelo encontro contínuo com os demais, que caracterizam a cultura. Em outras palavras, o indivíduo torna-se possível por estar inserido em contextos sociais, que por sua vez, resultam das ações humanas que organizam coletivamente a vida em sociedade (Zanella, 2005).

Souza (2009) salienta que, para haver as relações sociais, são necessárias normas, fronteiras, restrições. Por isso, pode-se refletir sobre o limite como um fator fundamental para o desenvolvimento e bem-estar social da humanidade. Zagury (2003) confirma a importância do limite ao dizer que este inicia o processo de compreensão e apreensão do outro. Tal importância conduz à colocação de limites como parte do desenvolvimento e da educação da criança, pois se sabe que a infância é o período em que o indivíduo inicia o processo de internalização de valores, costumes e regras, os quais servirão de base para a sua formação (Francisco, 2006).

Araujo e Sperb (2009) relacionam a construção de limites com a capacidade da criança de socialização e convivência bem-sucedidas, de forma que ela possa considerar e reconhecer os próprios limites e os dos demais. Em contrapartida, a criança que não aprende a ter limite pode crescer com uma deformação na percepção do outro, importando-se apenas com o seu querer, o seu bem estar e o seu prazer, o que pode gerar angústia, incerteza, culpa, revolta, sensação de impotência e, talvez, agressividade (Almasan & Álvaro, 2006).

Segundo Piaget (1932 conforme citado por Souza, 2009) as regras são legitimadas a partir de uma autoridade (heteronomia) e, a partir do seu desenvolvimento, a criança poderá iniciar regras que nascem de acordos entre pessoas iguais e livres (autonomia). Por isso, deve-se considerar a importância de pessoas tanto no contexto formal (professores, por exemplo), quanto no contexto informal (família, por exemplo), para auxiliar a criança no desenvolvimento da aquisição de regras e limites (Del Prette & Dell Prette, 2001).

Contudo, para Pedroso (2008), a família e escola têm papéis diferenciados. Conforme Francisco (2006), a educação começa com os pais. Estes devem deixar claro para os filhos que o amor e afeto que têm por eles são incondicionais, entretanto, é necessário o esclarecimento de que há comportamentos que eles podem emitir e, outros, não, além de fornecer explicações dos pedidos feitos. O autor salienta, também, a importância do limite ser declarado de modo claro e essencial, sem dar margens a ambigüidades. Francisco (2006) aponta, ainda, que a maneira mais eficaz de estabelecer limites na criança é ensiná-la, desde os seus primeiros anos de vida, que existem outras pessoas que vivem ao seu redor e todas têm os mesmos direitos, os quais devem ser respeitados.

Ressalta-se, porém, na educação das crianças, a notória diferença entre a autoridade e o autoritarismo. La Taille (2002) afirma que autoritarismo é impor regras arbitrárias e injustas, as quais negam ao indivíduo a possibilidade de compreender seu sentido e sua origem. Essa forma de lidar com a criança pode trazer inúmeras conseqüências prejudiciais a mesma, sendo uma delas a reprodução da agressividade, como um aprendizado correto, já que uma das formas de aprender constitui-se na imitação (Dolto, 1999). Já o objetivo de exercer a autoridade é outro, pois as regras colocadas devem ser justas, e também, explicadas. Essa maneira de educar poderá auxiliar a criança no seu desenvolvimento de forma sadia e segura emocionalmente (Pedroso, 2008).

Ainda em relação à autoridade, Del Prete & Del Prete (2008) elaboraram um SHSE (Sistema de Habilidades Sociais Educativas), visando o auxílio às pessoas comprometidas com a promoção do desenvolvimento e da aprendizagem da criança, o qual é constituído por seis subclasses.

A primeira subclasse é “descrever/justificar comportamentos desejáveis”, que se refere à verbalização do educado, o qual descreve os comportamentos esperados do educando. Um exemplo para esta subclasse é: “Quem quiser falar, levante a mão, assim todos terão oportunidade de dar opinião”. A segunda subclasse, por sua vez, é “descrever/justificar comportamentos indesejáveis”, que consiste na descrição, pelo educador, dos comportamentos reprováveis do educando. Um exemplo para este caso é: “Se todos falarem ao mesmo tempo, ninguém vai ouvir ninguém”. “Negociar regras” é a subclasse seguinte, a qual diz respeito ao estabelecimento, pelo educador, de uma ocasião para discussão sobre as regras (mudança, necessidade, concordância/discordância, dentre outras). Um exemplo para ilustrar essa subclasse é o caso em que educador pede opiniões, aos educandos, para alterações das regras.

Já, a quarta subclasse é “chamar atenção para normas pré-estabelecidas”, que consiste em comportamentos verbais e/ou não-verbais do educador, indicando as ações do educando que não estão sob controle de regras previamente estabelecidas. Uma ilustração disso é o ato de apontar para o cartaz na parede, que possui um desenho solicitando silêncio. A penúltima subclasse é “pedir mudança de comportamento”, que se entende como a descrição, pelo educador, do comportamento que o educando deve modificar, além de especificar os comportamentos que devem ser emitidos. Como exemplo, pode ser citada a seguinte frase: “Fale baixo e diga exatamente você quer que ele faça”. Por fim, a sexta subclasse é “comportamentos verbais ou não-verbais do educador que denotam a interrupção do comportamento em curso do educando”. O exemplo para ilustrar essa subclasse é quando o educador faz sinal de pare, com as mãos, para o educando (Del Prete & Del Prete, 2008).

Em função do que foi aqui exposto, constata-se que a regra exerce importância fundamental para o desenvolvimento infantil e, como tal, está presente em variados contextos, inclusive no brincar. Este, enquanto um comportamento inerente ao ser humano, exerce um papel essencial para a criança, já que permite a descoberta do ambiente a sua volta e as diferentes formas de

interagir com esse (Zatz, Zatz & Halaban, 2007). Segundo Kishimoto (1988), o brincar se caracteriza como um comportamento que é livre, possui um fim em si mesmo e é exercido pela criança devido ao prazer que ela possui em praticá-lo. Essa atividade pode ser entendida, então, não apenas como uma diversão ou passatempo, mas, também, como um contexto no qual há a estimulação espontânea do desenvolvimento global infantil, pois abarca aspectos sociais, cognitivos e afetivos (Silva, Pontes, Silva, Magalhães & Bichara, 2006).

Contextos do brincar

Tendo em vista a importância do brincar para o desenvolvimento infantil, é preciso considerar, ainda, que tal atividade pode ocorrer em variados locais, contanto que haja espaços disponíveis para sua execução (Fachineto, Friedrich & Rezer, 2003). No entanto, atrelados a esses locais estão regras e limites, sejam eles implícitos ou explícitos, variantes conforme o ambiente, pois, apesar do brincar se caracterizar como um comportamento livre, algumas limitações devem ser estabelecidas, a fim de preservar a segurança infantil e pela convivência social bem sucedida.

Em pesquisas que analisam o brincar infantil no contexto das ruas (Fachineto, e cols., 2003; Arruda & Müller, 2010; Cotrim, Flaes, Marques & Bichara, 2009) é possível observar a menção a regras e limites atrelados a essa temática, ou a situações em que esses deveriam ser instituídos. Em uma dessas situações, presenciou-se o compartilhamento de brinquedos, como pode ser visto no seguinte trecho do relato de um pesquisador: “Outra pergunta [...] foi se elas tivessem muitos brinquedos e fossem chamar alguém para brincar, elas chamariam uma criança que não possui nenhum brinquedo ou outra que possui muitos brinquedos também. D. (9 anos) afirmou: ‘Quem não tem né...ela não precisa ter brinquedo pra compartilhá comigo, ela sozinha já tá bom pra brincá.’” (Arruda & Müller, 2010).

Além das ruas, a praça se constitui como local propício para a realização do brincar. Nesse ambiente há, ao mesmo tempo, a presença do controle parental, principalmente atrelado aos riscos de queda e à violência, aos assaltos e aos seqüestros. Por conta disso, em algumas situações, existe a percepção, dos cuidadores, de perigo ao estabelecer contato com o outro, que é visto como um estranho (Meira, 2004). Esse posicionamento acaba por interferir nas práticas infantis, como foi observado por Meira (2004) em situações nas quais as crianças são proibidas de brincarem com outras crianças ou compartilhar brinquedos, conforme indica a seguinte fala dos pais: “Não mexe nisto que não é teu!”. Em contrapartida, as antigas gerações (avós), ao vivenciarem essas situações, em que seus netos andam em direção ao brinquedo de outra criança, atuaram de maneira distinta, como pode ser observado no discurso de uma avó: “Empresta teu brinquedo para a menina, pergunta o nome dela, brinca com ela”. Tal atitude demonstra, por

parte da avó, a tentativa de transferir para o neto a conduta de compartilhar brinquedos com outras crianças.

Assim como Meira (2004), Würdig (2009) também pôde verificar a decorrência da violência e do perigo nos espaços públicos para o brincar infantil, em um contexto no qual a localização distante da praça intervinha na ida à mesma, para brincar. Segundo o autor, a maioria das meninas não ia à praça sozinha, apenas acompanhada de seus familiares, geralmente aos finais de semana. O reflexo disso pôde ser observado na resposta das crianças, quando perguntadas quanto à frequência com que iam ao local: “às vezes”; “muito raro”; “quase nunca”; “eu nunca vou sozinho”.

Nos hospitais, por outro lado, a presença de regras e limites na brincadeira está relacionada principalmente aos cuidados com a saúde infantil. Na pesquisa de Bersch (2005) a restrição, às crianças, de realizar atividades que exijam ampla movimentação, já que na visão dos profissionais e/ou dos responsáveis, elas se encontram debilitadas e, portanto, essa seria uma forma de prezar pela integridade física das mesmas. Por conta disso, apesar da maioria das crianças não conceber as atividades com maior movimento como um problema, apenas as realizam com a autorização dos pais ou dos profissionais da instituição.

Nesse mesmo local, Bersch (2005) também observou a ocorrência de acordos entre os profissionais e as crianças, envolvendo o cumprimento de tarefas e a permissão para a brincadeira. Isso pode ser verificado nos seguintes trechos de entrevistas com os funcionários: “Às vezes, elas não querem jantar, ou não querem fazer o lanche, aí eu digo, tem que jantar senão não vai poder brincar na salinha [sala que contém brinquedos]. Eles vão correndo, jantam tudinho e voltam correndo”; “[...] no procedimento doloroso que a gente faz, a gente fala assim: agora a tia vai fazer essa injeçãozinha, depois tu vai para a recreação. Elas ficam bem animadas.”.

Já no relato concernente ao brincar em um ambulatório infantil (Nascimento e cols., 2010), foi possível observar situações nas quais a brincadeira acabava por interferir na rotina do local. Dentre elas está a distração das crianças, pelo envolvimento com a brincadeira, que resultava na ausência de percepção do momento em que seriam atendidas, interferindo, desse modo, na ocorrência das consultas conforme o previsto. Tal envolvimento também acarretava a resistência da criança em interromper a brincadeira para ser atendida, o que implicava no atraso ao atendimento ou na sua realização de maneira inadequada, isto é, sem o consentimento da criança. Essas situações demonstram a necessidade do estabelecimento de regras e limites à criança, durante a brincadeira nesse ambiente.

Essa necessidade pode ser percebida também na brinquedoteca hospitalar, a partir das descrições de variadas pesquisas transcorridas nesse local (Melo, 2003; Camargo & Costa, 2010; Almeida, Vieira & Mori, 2007; Paula, 2008; Ângelo & Vieira, 2010; Paula & Foltran, 2007; Oliveira, Gabarra, Marcon, Silva & Macchiaverni, 2009), no qual as regras e os limites já

instituídos se assemelham àqueles existentes nos casos da brincadeira no espaço hospitalar, de modo geral.

Um dos limites relatados por esses estudos refere-se ao cuidado, por parte dos brinquedistas, com as condições das crianças enfermas, isto é, ao respeito às condições físicas e psicológicas e aos procedimentos a que eram submetidas, o que resultava em algumas restrições durante o brincar. Como exemplo, pode ser mencionada a interrupção da brincadeira para o encaminhamento da criança ao laboratório de oncologia. Nesse período, a criança levava o brinquedo consigo e, após o término do procedimento, havia o retorno para a brinquedoteca (Melo, 2003). Todavia, o cuidado com a criança não está associado apenas a sua condição enferma, mas, também, aos danos que certos materiais presentes na brinquedoteca podem acarretar aos pacientes, principalmente àqueles com menor idade. Desse modo, materiais como tesoura, cola e fita adesiva podem ser manuseados somente pelas brinquedistas, como mencionado por Almeida e cols. (2007).

Assim como na brinquedoteca hospitalar há o cuidado com as crianças, há, também, o cuidado relativo aos materiais nela presentes, já que por se caracterizar como um ambiente livre, muitas vezes, os brinquedos são perdidos ou danificados, ou folhas de papel e lápis de cor são usados de forma indiscriminada, conforme indicam Camargo e Costa (2010). Por conta de situações como essas, alguns procedimentos precisam ser instituídos, como a conscientização, pelas brinquedistas, aos pais e às crianças, sobre a importância do cuidado com os materiais (Paula, 2008). Essa intervenção com as crianças também foi mencionada por Ângelo e Vieira (2010), na qual há a orientação para preservar os brinquedos, tendo cuidado ao manuseá-los e, também, guardá-los após o uso, comportamentos esses que, segundo os autores, foram observados nas crianças durante a pesquisa. Além disso, é possível solicitar, às crianças, a devolução dos brinquedos para as brinquedistas, como descrito por Paula e Foltran (2007), nos casos em que eles são emprestados para a interação nos leitos. Tal conduta incentiva, simultaneamente, a socialização e o cuidado ao patrimônio hospitalar.

Outros fatores incentivados na brinquedoteca hospitalar, segundo Oliveira e cols. (2009), são a autonomia e a tomada de decisão. Isso ocorria, principalmente, durante a pesquisa, nas atividades em grupo, nas quais as brinquedistas solicitavam às crianças a instituição de regras para as brincadeiras a partir de um acordo entre as mesmas. Desse modo, é possível que esses pacientes explicitem suas opiniões e idéias e, também, que tenham um sentimento de controle, o qual não é freqüente no ambiente hospitalar.

Diante dos aspectos aqui relatados, pode-se afirmar que a brincadeira constitui-se como um comportamento livre que, contudo, necessita do estabelecimento de regras, em graus diferenciados, de acordo com o contexto em que ocorre. Enquanto que, no hospital, há regras mais restritas e associadas à saúde, devido a riscos de maiores danos às crianças em situação de enfermidade, nas praças e nas ruas as regras estão relacionadas, predominantemente, a cuidados com a segurança física das crianças. A partir da constatação dessas especificidades concernentes

a cada espaço em que o brincar se efetiva, o presente artigo visa caracterizar, a partir de um relato de experiência, as regras presentes em uma brinquedoteca.

MÉTODO

O projeto “BrinquedoAção: aprendendo e se divertindo com brinquedos” foi criado em 2005 e vincula-se à Universidade Federal de Santa Catarina. Trata-se de uma atividade de inserção e manutenção de uma brinquedoteca, em uma instituição filantrópica, com a finalidade de propiciar atividades lúdicas não direcionadas e espontâneas para crianças da creche e, concomitantemente, contribuir para o desenvolvimento da cooperação entre eles, assim como informar, à escola e à família, acerca da importância do brincar para o desenvolvimento infantil (Rosa, Kravchychyn & Vieira, 2010).

A instituição onde a brinquedoteca está implantada atende cerca de 120 crianças, com idades entre 0 a 6 anos, divididas em seis turmas: Berçário 1, com bebês entre zero a um ano (recém-nascidos) (B1); Berçário 2, que vai de um a dois anos de idade (B2); Grupo de Trabalho (GT) 2, com crianças de dois a três anos de idade; GT3, com crianças entre três e quatro anos; GT4, de quatro a cinco anos de idade; e GT5, com crianças de cinco a seis anos de idade.

Cada turma vai à brinquedoteca uma vez por semana, durante o período de uma hora, sendo 30 minutos para metade dos alunos da turma e, o tempo restante, para os demais alunos, em virtude de restrição do espaço físico. Somente a turma de 0 a 1 ano não é levada à brinquedoteca, devido às condições das crianças - não sentarem sozinhas ou não andarem - e da brinquedoteca - ausência de infra-estrutura para bebês, como fraldário e colchonetes -.

Durante a permanência das crianças na brinquedoteca, há a presença de uma professora, responsável pela turma e de duas acadêmicas do curso de Psicologia, as quais atuam como brinquedistas, mediando e incentivando as brincadeiras, assim como estabelecendo as regras e os limites necessários nesse ambiente.

RESULTADOS

Com base nessa perspectiva da importância do estabelecimento de limites e regras para o desenvolvimento infantil, relatam-se, a seguir, as experiências relativas a essa temática no projeto “Brinquedo-ação”.

Apesar de ser um espaço que valoriza o brincar livre, a brinquedoteca é um local onde a instituição de regras é necessária, abrangendo desde a convivência entre as crianças até os cuidados com os objetos ali presentes. Em relação às regras instituídas no local aqui relatado,

partiu-se de uma condição de conhecimento das regras mantidas em sala de aula e, também, daquelas existentes na brinquedoteca, nos anos anteriores.

Diante disso, as regras desse ambiente foram apresentadas gradualmente, conforme a vivência, pelas crianças, de situações que as englobavam. Desse modo, acredita-se que é possível instigar a percepção do que é ou não possível realizar nesse espaço, assim como instituir um senso de responsabilidade perante os objetos.

Inicialmente, houve certa resistência por parte das crianças em respeitar as regras designadas pelas brinquedistas - demonstrada, por exemplo, pela recusa em guardar os brinquedos após o uso e em retornar à sala de aula, quando o tempo destinado à brinquedoteca esgotava-se -, talvez por essas não representarem figuras de autoridade para as mesmas. É válido ressaltar, entretanto, que após expor a regra para a criança buscava-se explicar o porquê de tal conduta estar sendo adotada. Assim, pensa-se que a construção progressiva das brinquedistas como figuras de autoridade, aliada à compreensão das regras, foi fundamental para que houvesse uma alteração no comportamento das crianças em direção ao seu cumprimento.

Para fins didáticos, optou-se por separar as regras estabelecidas na brinquedoteca em três categorias: “organização da brinquedoteca”, “cuidado com os objetos” e “respeito com os colegas”.

No que se refere à “organização da brinquedoteca”, uma das regras consiste em guardar os brinquedos no local onde eles foram retirados, quando não se deseja mais interagir com eles. Tal medida tornou-se necessária por conta do acúmulo de brinquedos, já descartados pelas crianças, no espaço da brinquedoteca, fato esse que dificultava a movimentação e, também, limitava os locais de exercício do brincar. Além dessas dificuldades, foi percebida a necessidade de reforçar esta regra, pela alta incidência de “tombos” ou escorregões das crianças devido aos brinquedos jogados no chão que não estavam sendo mais utilizados.

Outra regra construída também está relacionada com guardar os brinquedos. Porém, nesse caso, trata-se de avisar antecipadamente, às crianças, que o período de permanência na brinquedoteca encerrou-se, solicitando, então, que elas guardem os brinquedos e arrumem a sala antes de ir embora, com auxílio das brinquedistas. Essa regra originou-se a fim de evitar que, após o término da atividade, os objetos permanecessem disseminados por todo o ambiente, causando transtornos à próxima turma que utilizasse o espaço. É importante destacar que o aviso antecipado do término do tempo para brincar foi implementado devido à dificuldade encontrada pelas brinquedistas em encerrar a brincadeira e conduzir as crianças de volta à sala de aula. Um exemplo da alta resistência em guardar um brinquedo, foi de um menino, de cerca de dois anos, que se recusava a guardar o avião que estava brincando, mesmo com a brinquedista a sua frente, pedindo várias vezes para que guardasse o objeto. A resistência em atender ao pedido foi intensa, a ponto de a criança jogar o avião para fora da brinquedoteca, ao invés de dar para a brinquedista.

Devido às frequentes ocorrências dessa resistência, foi-se necessário a criação de outra regra, que é caracterizada pela explicação, das brinquedistas, às crianças que não querem guardar o brinquedo, que não irão à brinquedoteca na semana seguinte, por não respeitarem o combinado de guardá-los no momento solicitado. Ressalta-se que essa regra é utilizada com mais frequência com crianças acima de 3 anos, pois elas têm uma noção maior de temporalidade¹. Na situação do exemplo citado acima, não foi possível aplicar essa regra, porém, houve situações em que tal aplicação ocorreu, como no caso de um menino, de quatro anos, que não quis guardar a arma de plástico, com a qual brincava, no momento pedido. A brinquedista pediu novamente e ele atirou, atingindo-a com uma “bala” de plástico. Nesse evento, caracterizou-se o não cumprimento da regra e, portanto, a criança não foi à brinquedoteca na semana seguinte.

Além disso, outra maneira encontrada pelas brinquedistas no ano de 2010, para incentivar as crianças a guardar os brinquedos no momento pedido foi a utilização de uma música (Vanderlinde, Vieira & Vieira, 2011), a qual faz menção à brinquedoteca e as suas regras:

Vamos pra Brinquedoteca
Lá nós vamos brincar!
Mas não vamos esquecer dos brinquedos guardar.
É divertido brincar

Mas tem hora pra acabar
Mas na próxima semana vamos todos voltar!

Ti li lim pra cá
Ti li lim pra lá
Na Brinquedoteca nós vamos brincar!

Tal composição é cantada pelas brinquedistas no momento de transição entre a sala de aula e a brinquedoteca, constituindo-se como uma forma de recordar às crianças, durante o percurso, os comportamentos estimulados pelas brinquedistas.

Houve, também, a criação de regras relacionadas a objetos específicos: carrinhos e fantasias. Em relação aos primeiros, a regra foi estabelecida em função de esses estarem sendo perdidos com frequência. Desse modo, as crianças devem solicitar, às brinquedistas, os carrinhos, os quais ficam armazenados em uma caixa longe de seu alcance e, quando terminarem de brincar com esses, devolvê-los. Percebeu-se que essa regra possui grande eficácia, devido à alta

¹ As operações fundamentais para a construção da noção temporal são a ordem dos acontecimentos e a imbricação das durações. Entretanto, as crianças que estão no início do período pré-operatório (entre dois e três anos) não possuem ainda essa noção por dependerem da percepção imediata, sendo o possível confundido com o real (Rodrigues, 2001).

frequência das crianças que se recordam da devolução dos carrinhos às brinquedistas, o que acabou por refletir na diminuição da ocorrência de perda desses brinquedos. As fantasias, por sua vez, desencadearam a necessidade de uma regra por conta de se localizarem em um armário que é de fácil acesso às crianças e, portanto, estas procuravam apanhá-los para vesti-los. No entanto, devido à altura dos cabides, era habitual o ato de puxar as fantasias para baixo, correndo o risco de, assim, danificá-las. Diante disso, optou-se por solicitar às crianças que aguardem a abertura do armário pelas brinquedistas e esperem que estas retirem as fantasias dos cabides. Essa última regra pode ser enquadrada tanto na categoria de organização do espaço, quanto de cuidado com os objetos nele presentes. Um exemplo para ilustrar o cumprimento dessa regra é caso em que uma menina, de quatro anos, que ao ver a sua colega abrir o armário, onde estão os vestidos, sem a autorização da brinquedista, pediu imediatamente que ela fechasse-o.

Em relação a esta última categoria, “cuidado com os objetos”, podem ser citadas regras que visam à conservação dos itens presentes na brinquedoteca, como: não jogar objetos; não pisar em cima de objetos; não sentar sobre objetos que não têm tal função; não golpear objetos; não rasgar e não manchar fantasias; não danificar caixas de brinquedos; não misturar peças de brinquedos distintos, entre outras. Nessa categoria criou-se, também, uma regra especial relacionada ao uso de fantasias: pede-se às crianças que, quando estiverem vestidas com essas, não façam uso de motocas, a fim de evitar a danificação das fantasias, pelo contato da roupa com as rodas do brinquedo. Um tipo de brinquedo que chegou a ficar desfalcado pelo não cumprimento das regras dessa categoria foram os quebra-cabeças. Na brinquedoteca, cada jogo de quebra-cabeça fica armazenado numa caixa diferente, mas, devido a algumas meninas brincarem de faz-de-conta, usando as peças como “comida”, houve a mistura dos diferentes jogos de quebra-cabeça. Por conta disso, as brinquedistas pediram a elas que brincassem de faz-de-conta com outros objetos, explicando que estavam impossibilitando a brincadeira dos colegas que com esses jogos, devido ao desfalques de peças.

Por fim, a categoria “respeito com os colegas” inclui normas sociais relativas à convivência entre as crianças. Dentre elas, podem ser citadas aquelas que estão presentes em todos os âmbitos da vida social, como: não violentar fisicamente; não xingar; agradecer, quando necessário; ouvir o que o outro tem a dizer; não retirar objetos do outro sem o consentimento desse, dentre outras. Existem, por outro lado, regras peculiares da brinquedoteca, como compartilhar os brinquedos com os colegas. Tal preceito foi determinado em função da pequena quantidade de brinquedos iguais e, por conseguinte, conflitos frequentes, entre duas ou mais crianças, pelo mesmo objeto. Nessa situação, questiona-se às crianças quem apanhou o brinquedo primeiro e, em seguida, explica-se que os brinquedos são para uso de todas as crianças. É requisitado, então, que após certo período de tempo, a criança conceda o brinquedo para uso de outro colega, a fim de todos os interessados sejam contemplados. Em outros casos, contudo, a intervenção das brinquedistas não é necessária, pois as próprias crianças negociam entre si e criam suas próprias regras.

Ressalta-se, ainda, que todas as regras, quando cumpridas, são reforçadas positivamente pelas brinquedistas, por meio de falas como: “Obrigada por ter ajudado a guardar os brinquedos”, “Parabéns, hoje você colaborou muito na brinquedoteca”, “Fico feliz por você ter compartilhado o brinquedo com o seu amigo”; e até mesmo com um sorriso. Acredita-se que, assim, motiva-se as crianças a aumentarem a frequência de comportamentos desejados pelas brinquedistas, para que a brinquedoteca seja um lugar propício o brincar, sem prejuízo aos colegas e sem a danificação do ambiente.

DISCUSSÃO

A vivência no dia-a-dia das brinquedistas, na brinquedoteca, fez despertar a curiosidade e a necessidade de aprofundar-se sobre a importância das regras e limites para as crianças. Isso se deve, principalmente, a situações, nesse local, em que era presenciada a ausência de regras como possível desencadeadora de riscos à saúde das crianças, dificuldade de convivência bem-sucedida entre elas ou danificações físicas, seja no ambiente ou nos materiais da brinquedoteca.

Observações de Almasan e Álvaro (2006) corroboram a importância das regras, uma vez que a ausência delas às crianças pode trazer uma deformação na percepção do outro e uma vontade de importar-se apenas com o seu querer, o bem-estar e o prazer próprio. Angústia, incerteza, culpa, revolta, sensação de impotência e agressividade são características que esses autores apontam como uma possível consequência pela falta de regras. Essas características foram presenciadas em alguns momentos na brinquedoteca, como no caso de uma criança, de 3 anos, que jogou o avião para fora do estabelecimento, por não querer cumprir a regra de guardar o brinquedo, sendo que, após esse comportamento, as brinquedistas observaram uma irritabilidade da mesma. Em contrapartida, segundo Araujo e Sperb (2009), a criança que passa a internalizar a importância das regras possui maior capacidade de socialização e de convivência. Essa capacidade pôde ser observada, na brinquedoteca, por exemplo, nos momentos em que as crianças cederam, aos colegas, os objetos com os quais brincavam.

Outro fator que relaciona a literatura com a prática da brinquedoteca é o cuidado para que a regra não seja um regulamento que a criança obedeça somente devido às exigências de um adulto, mas que seja atendida a partir de um entendimento de por que cumpri-la e quais são seus benefícios. Para que haja essa compreensão, Del Prete e Del Prete (2008) sugerem a descrição e a justificativa dos comportamentos, tanto desejáveis quanto indesejáveis, que o mediador espera da criança. Uma das situações em que há a aplicabilidade dessa perspectiva, na brinquedoteca, são os pedidos feitos, às crianças, para que aguardem o auxílio das brinquedistas para colocar as fantasias, seguido da justificativa de que essas roupas são frágeis e, portanto, rasgam-se facilmente, sendo que, uma vez danificadas, não poderão ser reutilizadas.

Negociar regras, chamar atenção para regras pré-estabelecidas e pedir mudança de comportamento são outros itens que Del Prete e Del Prete (2008) citam como significativos para uma assimilação bem sucedida das regras pelas crianças. Tais itens também foram empregados na brinquedoteca e avaliados como estratégias eficientes, sendo que sua aplicabilidade auxilia no processo de transformação da heteronomia para a autonomia, defendido por Piaget (1932 conforme citado por Souza, 2009). Como exemplo desses aspectos pode ser citado o incentivo, na brinquedoteca, à negociação entre as crianças, tanto no uso dos brinquedos quanto no estabelecimento de regras para a brincadeira, de modo a exercitarem a tomada de decisão e a autonomia. Essa conduta reafirma a colocação de Oliveira e cols. (2009), em pesquisa numa brinquedoteca hospitalar, na qual as brinquedistas demandavam, das crianças, a criação de regras, a partir de um consenso entre elas.

Outro aspecto inerente ao funcionamento da brinquedoteca, que vai ao encontro da negociação de regras proposta por Del Prete e Del Prete (2008), é a existência de acordos entre as brinquedistas e as crianças, dentre eles, o auxílio para guardar os brinquedos, como condição para ir à brinquedoteca na semana seguinte. Essa prática de combinados pôde ser observada também na brincadeira no contexto hospitalar, conforme relato por Bersch (2005), em que os funcionários da instituição permitem a ida das crianças à sala de recreação mediante o cumprimento de determinadas tarefas, como jantar e executar procedimentos médicos.

A existência de determinado período de tempo para brincar e o respeito a esse também se constitui, na brinquedoteca, como um acordo entre as brinquedistas e as crianças, visto que, quando o tempo limite é atingido, espera-se que a brincadeira seja interrompida e que os brinquedos sejam guardados. A necessidade do estabelecimento dessa regra pôde ser notada no relato de Nascimento e cols. (2010), referente à brincadeira em um ambulatório infantil, no qual as crianças resistiam em interromper a brincadeira para serem atendidas, implicando, assim, no atraso ao atendimento ou na sua execução sem o consentimento da criança. Por outro lado, o estudo de Melo (2003), em uma brinquedoteca hospitalar, corrobora a criação da regra de interrupção da brincadeira, quando necessário, pois, quando estavam na brinquedoteca, era comum que as crianças fossem solicitadas a se dirigir ao laboratório de oncologia para realizar procedimentos médicos.

Deve ser considerado, ademais, como aspecto fundamental em uma brinquedoteca, o compartilhamento de brinquedos, já que, nesse ambiente, esses objetos deixam de assumir um caráter privado para exercer um papel comunitário. Tal conduta vai ao encontro dos resultados de Arruda e Müller (2010) no contexto da brincadeira de rua, em que o depoimento das crianças explicitou a conduta de partilhar brinquedos com crianças que não possuem, a fim de brincarem conjuntamente. O estímulo a esse comportamento de dividir brinquedos também foi verificado no estudo do brincar na praça, de Meira (2004), no qual se notou, no discurso de avós, a solicitação, para seus netos, de empréstimo dos brinquedos para outras crianças, bem como o incentivo à brincadeira em grupo.

Por fim, há, também, na brinquedoteca, o cuidado com materiais que podem causar danos às crianças, por isso, esses estão acessíveis apenas às brinquedistas. Tal conduta reafirma os achados de Almeida e cols. (2007), em uma brinquedoteca hospitalar, na qual materiais como tesoura, cola e fita adesiva podem ser manuseados somente pelas mediadoras do local. Todavia, o cuidado exercido pelas brinquedistas não se restringe apenas às crianças, mas também aos materiais presentes na brinquedoteca, visando a sua conservação. Por isso, é explicitado, para as crianças, que utilizem os brinquedos de maneira adequada e cuidadosa, assim como observado por Paula (2008) e Ângelo e Vieira (2010), em brinquedotecas hospitalares. O cuidado com os objetos da brinquedoteca também está presente na regra de guardar os brinquedos após a utilização dos mesmos, aspecto este contemplado na brinquedoteca hospitalar estudada por Ângelo e Vieira (2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Manter a segurança das crianças, conservar o estabelecimento e os materiais que essas utilizam para brincar, criar meios que possibilitem desenvolver a socialização e a autonomia das mesmas foram as reflexões que este estudo possibilitou suscitar, a partir de uma abordagem sobre as regras no brincar, seu uso e sua importância para o desenvolvimento infantil.

Durante o processo de revisão bibliográfica, houve dificuldade em encontrar, na literatura, estudos que abarcassem a importância das regras nos diferentes espaços do brincar. Tal dificuldade remete, então, à necessidade de realização de pesquisas que contemplem essa temática, principalmente se for considerado que o século XXI está sendo um período marcado pelas problemáticas da perda de valores e do pequeno estabelecimento de limites.

Outra necessidade detectada, por meio desse estudo, constitui-se em expandir a implantação de brinquedotecas, visto que o lúdico está perdendo espaço no mundo infantil contemporâneo, para ceder lugar a compromissos assumidos, pela criança, desde o início de sua infância. Essa mudança demanda das mesmas, muitas vezes, uma responsabilidade demasiada, podendo desencadear reações de estresse e irritabilidade. Diante disso, a brinquedoteca apresenta-se como um local que visa resgatar a valorização da brincadeira como fator fundamental para o desenvolvimento infantil, possibilitando à criança fantasiar, criar, imaginar e ser livre.

Contudo, constatou-se que, mesmo que o lúdico, na brinquedoteca, seja caracterizado como uma atividade livre, as regras nesse ambiente devem estar presentes, tanto para preservar a saúde das mesmas e manter o local adequado para o brincar, quanto para haver um convívio harmonioso entre as crianças. Essa dinâmica de funcionamento remete à outra necessidade: a capacitação daqueles que trabalham como brinquedistas. A partir de disso, torna-se possível a criação de um ambiente no qual o brincar e as regras deixem de ser entendidos como aspectos

dicotômicos, para serem vistos como indissociáveis, contribuindo, conjuntamente, para o desenvolvimento saudável da criança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, A. M. C. de; Vieira, I. D. & Mori, L. A. (2007). Brinquedoteca: construção de um espaço terapêutico na unidade de pediatria. *Rev. Omnia Saúde*, 4(1), 23-27.

Almasan, D. A. & Álvaro, A. L. T. (2006) A importância do senso de limites para o desenvolvimento da criança. Revista Científica de Psicologia, (7).

Ângelo, T. S. de & Vieira, M. R. R. (2010). Brinquedoteca hospitalar: da teoria à prática. *Arq. Ciênc. Saúde*, 17(2), 84-90.

Araujo, G. B. de & Sperb, T. M. (2009) Crianças e a construção de limites: narrativas de mães e professoras. *Psicologia em Estudo*, 14(1), 185-194.

Arruda, F. M. & Müller, V. R. Brincadeiras e espaços urbanos: um estudo da prática lúdica de crianças em diferentes classes sociais da cidade de Maringá – PR. *Licere*, 13(4), 1-29.

Bersch, A. A. S. (2005). O brincar como fator potencializador da saúde ambiental no microssistema pediatria: uma análise bioecológica. Dissertação de mestrado em Educação Ambiental. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

Camargo, J. S. & Costa, L. P. da (2010). Possibilidades e limites da brinquedoteca hospitalar. *Extensão em foco*, (5), 51-57.

Cotrim, G. S.; Fiaes, C. S.; Marques, R. de L. & Bichara, I. D. (2009). Espaços urbanos para (e das) brincadeiras: um estudo exploratório na cidade de Salvador (BA). *Psicologia: teoria e prática*, 11(1), 50-61.

Del Prette, Z. A. P. & Del Prette, A. (2008) Um sistema de categorias de habilidades sociais educativas. *Paidéia*, 18(41), 517-530.

Dolto, F. (1999). As etapas decisivas da infância. (E.G. Galvão, Trad.) São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1994)

Fachineto, S.; Friedrich, S. & Rezer, R. (2003). Brincando nas ruas da cidade de Chapecó/SC: a educação física em busca do resgate das manifestações lúdicas... algumas reflexões. *Motrivivência*, 15(20/21), 231-253.

Francisco, S. de A. D. (2006). Limite na infância e adolescência: uma abordagem psicopedagógica. Monografia, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro.

Kishimoto (Org.) (1988). O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira.

La Taille, Y. (2002) Entrevista. São Paulo, Disponível em: <http://www.educacional.com.br/entrevistas/entrevista0091.asp>. Acesso em 02 set. 2011

Meira, A. M. (2004). A cultura do brincar: a infância contemporânea, o brincar e a cultura no espaço da cidade. Dissertação de mestrado em Psicologia social e institucional. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Melo, L. de L. (2003). Do vivendo para brincar ao brincando para viver: o desvelar da criança com câncer em tratamento ambulatorial na brinquedoteca. Tese de doutorado em Enfermagem. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

Nascimento, L. C.; Pedro, I. C. da S.; Poleti, L. C.; Borges, A.L. V.; Pfeifer, L. I. & Lima, R. A. G. de (2011). O brincar em sala de espera de um ambulatório infantil: visão dos profissionais de saúde. Ver. Esc. Enferm. USP, 45(2), 465-472.

Oliveira, L. D. B.; Gabarra, L. M.; Marcon, C.; Silva, J. L. C. & Macciaverni, J. (2009). A brinquedoteca hospitalar como fator de promoção no desenvolvimento infantil: relato de experiência. Rev. Bras. Crescimento Desenvolvimento Hum., 19(2), 306-312.

Paula, E. M. A. T. de (2008). Educação popular em uma brinquedoteca hospitalar: humanizando relações e construindo cidadania. Anais do Grupo de Educação Popular da ANPED.

Paula, E. M. A. T. de & Foltran, E. P. (2007). Brinquedoteca hospitalar: direito das crianças e dos adolescentes hospitalizados. Revista Conexão UEPG, 3(1), 20-23.

Pedroso, J. I.(2008) Reflexão: contribuição dos limites no desenvolvimento de crianças com necessidades especiais. Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, (5), 232-240.

Rodrigues, I. B. (2001). Estudo das relações entre desenvolvimento da noção temporal e expressões lingüísticas de tempo: a narrativa oral como proposta de intervenção em uma

abordagem piagetiana. Tese de Doutorado em Educação. São Paulo: Universidade Estadual Paulista.

Silva, L. I. da C.; Pontes, F. A. R.; Silva, S. D. B. da; Magalhães, M. C. & Bichara, I. D. (2006). Diferenças de gêneros nos grupos de brincadeira na rua: a hipótese de aproximação unilateral. Psicologia: reflexão e crítica, 19(1), 114-121.

Souza, M. N. de. (2009). Sua Majestade: a criança contemporânea e o desafio dos limites. Contemporânea: Psicanálise e Transdisciplinaridade, (8), 148-163.

Vanderlinde, L. F.; Vieira, M. C. Vieira, M. L. (2011). A brinquedoteca como lugar para aprender e se divertir: um relato de experiência. Revista de Ciências Humanas, 45(1), 165-182.

Zagury, T. (2003) Limites sem trauma: construindo cidadãos. Rio de Janeiro: Record.

Zanella, A. V. (2005) Sujeito e alteridade: reflexões a partir da psicologia histórico-cultural. Psicologia & sociedade, 17(2), 99-104.

Zatz, S.; Zatz; A. & Halaban S. (2007). Brinca comigo!: tudo sobre o brincar e os brinquedos. São Paulo: Marco Zero.